

---

FRANCISCO TEIXEIRA DA MOTA

Forum Justiça e Liberdades

---

## Justiça e cidadania: para uma justiça mais democrática

---

59

**P**ARTINDO da comunicação de José Manuel Pureza quanto ao ambiente,<sup>1</sup> importa dizer que, efectivamente, há nos tribunais uma grande resistência à apropriação da linguagem dos valores da cidadania, nomeadamente, quanto ao Direito do Ambiente. À medida que se vai galgando as instâncias judiciais e, nomeadamente, quando se chega ao Supremo, verifica-se que a linguagem já perdeu toda a força e características inovadoras, toda a dinâmica que o Direito do Ambiente trazia na primeira instância. Isto resulta, como é evidente, de uma resistência própria dos magistrados que compõem os tribunais superiores, resultante de uma formação, que muitas vezes, não incorporou os valores e a Constituição em termos práticos.

Gomes Canotilho, no livro *O Estado de Direito*, já classifica este nosso estado moderno como «um estado constitucional de direito democrático e social ambientalmente sustentado». Esta é a caracterização do Estado de Direito moderno,

---

<sup>1</sup> «Os Tribunais e os novos espaços da cidadania: o exemplo do direito do ambiente em Portugal»

do Estado democrático. Mas esta constitucionalização da nossa vida jurisprudencial é ainda, em muitos aspectos, uma ficção e uma miragem, isto é, a maior parte das nossas decisões judiciais, podendo evitar, ou não sendo obrigadas, não invocam as disposições constitucionais, não vão buscar a raiz constitucional matricial, relativamente aos direitos de cidadania, procurando resolver as questões a nível meramente de Direito ordinário.

Isto é, na prática, muitos dos tribunais sempre que podem esquecem os direitos fundamentais, se não for necessário debruçarem-se sobre eles, e, quando o fazem, fazem-no de forma minimalista. Repare-se que os tribunais superiores, o Supremo Tribunal de Justiça e o Tribunal da Relação, muitas vezes, «ignoram» as decisões do Tribunal Constitucional e no campo da magistratura judicial há uma grande polémica, para não dizer que há uma rejeição, relativamente ao Tribunal Constitucional, à própria existência do Tribunal Constitucional, que radica, também, no mau funcionamento do Tribunal Constitucional, na medida em que se transformou numa instância de recurso para protelar os processos, funcionando como uma instância dilatória, mas a resistência ao Tribunal Constitucional por parte dos magistrados dos Tribunais Superiores resulta também de alguma falta de aceitação da «constitucionalização» do nosso direito.

Relativamente às questões dos direitos de cidadania e a sua relação com a Justiça, há uma área que está particularmente esquecida e que, no entanto, é uma área fulcral porque é uma área onde desagua a justiça penal: é o sistema prisional. Aí existe uma situação onde a diferença entre *law in books* e *law in action* é, efectivamente, imensa.

Os cidadãos presos não são cidadãos de segunda categoria, são cidadãos que têm direitos fundamentais que devem ser, igualmente, respeitados e, no entanto, a realidade dos direitos de cidadania nas nossas prisões é algo de trágico e de insuficientemente estudado e conhecido.

O recente relatório do Provedor de Justiça continua a apresentar casos de flagrante negação dos direitos de cidadania e *maxime* do direito à dignidade. Recentemente também, um artigo de Sofia Pinto Coelho no *Expresso* transcrevia diversas cartas dos reclusos, todas eles conscientes e angustiantes na revelação das violações dos direitos mais básicos dos cidadãos.

Atente-se nas questões do direito de saúde, sem querer estar a citar as estatísticas dos doentes graves que existem

no nosso sistema prisional, a verdade é que se converte o nosso sistema prisional num sistema de saúde mal provido e mal financiado.

E houve sempre uma resistência por parte do Ministério da Saúde em relação a financiar e apoiar tais doentes, o que cria situações de estrangulamento no acesso aos medicamentos mais básicos e, sobretudo, nos casos de doenças graves. Por exemplo, para se verificar esta diferença entre o que a lei prescreve e o que é a realidade, numa das cartas referia-se que, embora a lei preveja que qualquer recluso que dê entrada num estabelecimento prisional tem direito a ter uma consulta médica no espaço de 48 horas, um dos reclusos referia que a primeira vez que encontrou um médico tinham decorrido dezasseis meses desde que tinha entrado na prisão!

Esta duríssima realidade revela que mesmo a lei penitenciária de 1979, que na altura tinha um carácter inovador algo humanista e reformista, é sistematicamente desprezada e violada. Outra área que me parece essencial relativamente aos direitos de cidadania e que no nosso sistema prisional continua a funcionar de uma forma escandalosa, são todas as questões relativas à vida privada e ao sigilo da correspondência.

Há algum tempo, numa das visitas que fizemos no âmbito do Fórum Justiça e Liberdades, constatámos que continuava a ser a regra a abertura e a leitura de toda a correspondência recebida por reclusos, independentemente de haver qualquer disposição na sentença que obrigasse a isso. Os condenados só têm que cumprir aquilo que a pena determina, a pena normalmente só determina a privação da liberdade, pelo que a privacidade e o sigilo da correspondência deviam ser respeitados.

Neste momento, há estabelecimentos prisionais onde a correspondência é aberta na presença dos reclusos. As questões que se prendem com a falta de respeito da própria lei são do conhecimento dos reclusos. Talvez contrariamente àquilo que se pense, os reclusos movimentam-se por questões de cidadania e por questões de direitos. Contrariamente àquilo que se possa pensar, os reclusos não se movimentam apenas por questões de amnistia ou pela questão da concessão dos perdões.

A verdade é que os reclusos se movimentam por muitas outras questões, nomeadamente para verem assegurado e terem acesso à informação. Repare-se que a própria lei de

1979 refere que o recluso, quando entra no sistema prisional, deve ter acesso ao regulamento do estabelecimento. Em muitos estabelecimentos prisionais, esse regulamento nem sequer existe, as regras são transmitidas verbalmente. A detenção em cela prisional é um exemplo paradigmático no exercício de um poder que é mal regulamentado e, menos ainda, controlado.

Em Janeiro de 1998, num abaixo assinado, reclusos pediam que fossem criados, nos estabelecimentos prisionais, grupos de consulta e mediação e ajuda jurídica, para permitir o aconselhamento e o esclarecimento jurídico dos reclusos com carácter de serviço público.

Por último, pode dizer-se que, se os tribunais não tratam de muitas questões ambientais ou de direitos de cidadania, muitas vezes são os cidadãos que não as colocam aos tribunais. Há, portanto, também neste plano uma falta de cultura cívica. ■